

Nota Informativa

Edição 072/2023

DESTAQUES

Governo zera imposto de importação para roteadores Wi-Fi 6

Inmetro é credenciado para realizar projetos em parceria com empresas de tecnologia da informação

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Mais espaço para as mulheres no mercado de tecnologia e inovação

Governo brasileiro participa de simulação de ataques hackers sucessivos

Brasil regride em investimentos voltados à inovação

Vitória é a terceira inteligência artificial (IA) usada no STF

Anatel e Bacen discutem sandbox regulatório

Desfalcado, Conselho Nacional de Proteção de Dados está parado

RNP busca parceiros para compartilhamento de data centers

REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária é necessária e Estados têm que concentrar mais recursos, diz Fux

Coordenador do grupo da Reforma Tributária quer mais prazo para apresentação de relatório

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CVM abre três consultas públicas para revisão e atualização de normas e orientação contábeis, sem mudança de mérito

Conselho Gestor do Fust tem quatro novos conselheiros

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Reforma: créditos do ICMS serão ressarcidos no longo prazo e corrigidos pela Selic; veja detalhes

Consultoria de Orçamento lança análise sobre projeto do novo arcabouço fiscal

Alckmin traça prioridades para os pequenos negócios com presidente do Sebrae

Brasil vive fase difícil do combate à inflação, diz diretor do BC

JUDICIÁRIO

STJ oficia tribunais para indicarem desembargadores que vão concorrer às vagas de ministro

PCdoB pede ao STF que Telegram garanta direito de resposta contra ataques ao PL das Fake News

Big techs: julgamento no STF repercute no Congresso e promove novo debate

ORÇAMENTO

Problema do Brasil é que o país tributa muito, cobra e gasta muito e mal, diz Tebet

POLÍTICA

Líder do bloco de Lira cobra Lula na articulação política e liberação de emendas

Cajado critica governo e pede discurso único por novo marco fiscal

Depois de chegar dos EUA, Lira recebe relator do marco fiscal

Sem urgência, proposta que pode fatiar PL das Fake News passa em comissão

Entidades de TICs se unem para manter desoneração da folha até 2027

RELAÇÕES EXTERIORES

Participação do Ministro Mauro Vieira em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores do Senado

Brasil e EUA estreitam relações bilaterais em comércio e investimentos

TRABALHISTA

Novo Estatuto do Trabalho: CDH debaterá trabalho remoto, inserção e outros temas

DESTAQUES

Governo zera imposto de importação para roteadores Wi-Fi 6

Poder Executivo | 11/05/2023

O governo zerou as alíquotas de imposto de importação de equipamentos de telecomunicações, entre eles, os roteadores Wi-Fi 6. A resolução foi publicada na quinta-feira, 11/05, no Diário Oficial da União, e assinada pelo vice-presidente Geraldo Alckmin, presidente do Comitê de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex), e inclui ainda

bens de informática na condição de ex-tarifários. Os roteadores Wi-Fi não são do padrão 6E, compatíveis com a faixa de 6 GHz que já está disponibilizada para o uso não licenciado no Brasil pela Anatel. Os dispositivos listados são Wi-Fi 6 (padrão 802.11ax), que utiliza apenas as bandas comuns de 2,4 GHz e 5 GHz. Medida também beneficia terminais de videoconferência, com tecnologia tele presença, em alta definição, com resolução de vídeo de entrada e saída de no mínimo 1.920 x 1.080 pixels, podendo conter: telefone IP, central de comando sensível ao toque, mesas, refletores, instalações elétricas, microfones, alto-falantes, "codecs", telas e câmeras de alta definição, controle remoto, conectividade sem fio "Wi-Fi" 802.11a/b/g/n/ac, e/ou "Bluetooth", e/ou portas USB, HDMI, RJ45, formando um corpo único. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Inmetro é credenciado para realizar projetos em parceria com empresas de tecnologia da informação

Poder Executivo | 12/05/2023 – 10h44min

O Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) acaba de ser credenciado no Comitê da Área de Tecnologia da Informação – CATI, do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). Agora, empresas que queiram desenvolver projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação com a Divisão de Metrologia em Tecnologia da Informação e Telecomunicações (Dmtic) do Inmetro podem receber os incentivos previstos na Lei de Informática ([Lei nº 8.248, de 1991](#)). A Dmtic dá suporte à indústria brasileira de telecomunicações e informática e aos órgãos reguladores na avaliação de conformidade de equipamentos de telecomunicações. Suas pesquisas estão concentradas em áreas de comunicações sem fio e internet das coisas (IoT), sistemas 5G, segurança cibernética e padronização primária de tempo e frequência. “Nessas áreas, podemos contribuir em projetos diversos. Estamos abertos para compartilhar nossa expertise com o setor privado, para o desenvolvimento de projetos de pesquisa que contribuam para o desenvolvimento do país”, afirmou o chefe da Dmtic, Rodolfo Saboia. Fonte: ASCOM INMETRO

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Mais espaço para as mulheres no mercado de tecnologia e inovação

Mercado | 12/05/2023 – 04h30min

Responsável por moldar o futuro do trabalho, a indústria da tecnologia ainda é considerada pouco diversa quando se trata de equidade de gênero. Segundo dados da consultoria Deloitte, a participação das mulheres na força de trabalho global de tecnologia aumentou 6,9% de 2019 a 2022, enquanto sua fatia em cargos de chefia avançou 20% no mesmo período. Apesar disso, as mulheres ainda representam menos de um terço dos trabalhadores de tecnologia, diz o estudo. E esse cenário é difícil de ser mudado sem um esforço para romper os entraves que hoje se apresentam às mulheres no mercado de tecnologia. De olho nesse gap, o Web Summit se soma a um movimento global em prol da redução da lacuna de gênero que existe na indústria tech. A organização do evento, que criou um lounge chamado “Women in tech” na edição de 2015, em Lisboa, trouxe a iniciativa para o Rio e ofereceu ingressos 90% mais baratos para mulheres empreendedoras, com oportunidade de mentoria e acesso ao espaço patrocinado pelo Banco do Brasil. O interesse foi imediato: os ingressos especiais esgotaram em tempo recorde — e as mulheres representaram 40% dos participantes do evento como um todo. Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo brasileiro participa de simulação de ataques hackers sucessivos

Poder Executivo | 12/05/2023

Dentro do programa de cibersegurança da Organização dos Estados Americanos (OEA), o Brasil realizou uma simulação de ataque hacker no âmbito do governo federal. Ao longo de três horas na terça, 9/5, 32 servidores federais exercitaram como responder a ciberataques sucessivos. “Os grupos tinham diferentes opções em como lidar, inclusive quantos recursos poderiam gastar, com consequências positivas e negativas em cada decisão. E sobre o primeiro ataque, houve uma segunda invasão em nível ministerial. Com novas decisões a serem tomadas. No fim, avaliaram-se as opções com uma abordagem educacional”, conta a diretora de setor público da AWS para América Latina, Canadá e Caribe, Abby Daniell. Edição brasileira da simulação é consequência direta da atuação da OEA para disseminar políticas e medidas de segurança cibernética em países da região, o que já rendeu uma série de white papers, o mais recente deles sobre ransomware, e desembocou em um exercício de treinamento conjunto na Espanha. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Brasil regride em investimentos voltados à inovação

Poder Executivo | 12/05/2023

A pandemia de Covid-19 teve um forte impacto na inovação nacional e o Brasil regrediu no ecossistema de pesquisa e desenvolvimento, com o setor privado tendo forte participação nessa performance ruim ao deixar de investir R\$ 9 bilhões. Os dados são dos Indicadores Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação 2022, documento elaborado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). O estudo apresenta os números mais recentes, que se estendem até 2021, sobre investimento público e empresarial em pesquisa e desenvolvimento, formação de mestres e doutores, alocação de pesquisadores no governo e nas empresas (públicas e privadas), participação na produção global de conhecimento, entre outros. Os dados seguem os parâmetros metodológicos da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), para permitir comparabilidade internacional. Comparado a 2019, houve queda de 8,2%, em 2020, no investimento em valores totais em pesquisa e desenvolvimento no Brasil. O valor de R\$ 95,3 bilhões em 2019 caiu para R\$ 87,1 bi em 2020. O investimento considera apenas a execução dos projetos, descontadas as atividades administrativas e de apoio, nos âmbitos público e empresarial (o que engloba empresas públicas e privadas). A queda mais significativa envolve o setor empresarial, que reduziu seu investimento em R\$ 9 bilhões. Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), percentualmente, o investimento total caiu de 1,21% para 1,14% no período. Neste caso, houve crescimento no dispêndio público de 0,58% para 0,62%, e redução no dispêndio empresarial, que caiu de 0,63% para 0,53%. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Vitória é a terceira inteligência artificial (IA) usada no STF

Poder Judiciário | 12/05/2023

O Supremo Tribunal Federal (STF) está finalizando a fase de testes para o lançamento de uma nova ferramenta de Inteligência Artificial (IA). Batizada de Vitória, a plataforma vai ampliar o conhecimento sobre o perfil dos processos recebidos no STF e permitir o tratamento conjunto de temas repetidos ou similares. A ferramenta identifica, no acervo de processos do Tribunal, os que tratam do mesmo assunto e os agrupa automaticamente. Assim, é possível identificar, com mais agilidade e segurança, por exemplo, processos aptos a tratamento conjunto ou que podem resultar em novos temas de repercussão geral. O assessor-chefe da Assessoria de Inteligência Artificial (AIA) do STF, Rodrigo Canalli, afirma que a utilização da Vitória vai dar celeridade à análise e ao julgamento dos processos, pois facilitará o exame de um volume maior de demandas em

menos tempo. “É um projeto voltado para ampliar a capacidade de análise de processos, propiciar julgamentos com maior segurança jurídica, rapidez e consistência, evitando, por exemplo, que processos similares tenham tratamento diferente”, resume. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Anatel e Bacen discutem sandbox regulatório

Poder Executivo | 11/05/2023 – 18h10min

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) se reuniu na quinta-feira (11/5), com o Banco Central do Brasil (Bacen) para tratar do sandbox regulatório. A iniciativa do Bacen inspirou a Anatel a criar seu próprio projeto de sandbox, já submetido à Consulta Pública, e atualmente em análise na Procuradoria Federal Especializada (PFE), antes de ser enviado para aprovação final pelo Conselho Diretor da Agência. O presidente da Anatel, Carlos Baigorri, foi recebido pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e pela equipe técnica que trata do tema. Também esteve presente o membro do Conselho Consultivo da Anatel Fábio Veras. Na reunião, os representantes do Bacen explicaram que qualquer instituição, regulada ou não pelo Bacen, pode apresentar projetos no sandbox regulatório do Banco, sendo eles acompanhados de perto por um comitê estratégico, que poderá opinar, inclusive, pela descontinuidade do projeto. O projeto de Simplificação Regulatória, constante do item 2 da Agenda Regulatória da Anatel para o biênio 2023-2024, dentre outros aspectos, prevê a criação do sandbox regulatório, um ambiente experimental que permitirá às empresas testar um modelo de negócio que não se encaixa totalmente na regulação dos serviços coletivos. Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Desfalcado, Conselho Nacional de Proteção de Dados está parado

Poder Executivo | 11/05/2023

O Conselho Nacional de Proteção de Dados (CNPd), organismo consultivo da Autoridade Nacional de Dados, está desfalcado e com trabalhos suspensos. Segundo apurou o Tele.Síntese, embora tenha presidente e representantes governamentais, são todos indicados ainda pela gestão Bolsonaro. O governo Lula não apresentou novos nomes. A situação criou constrangimento. O atual presidente, Jonathas de Castro, não emite nenhuma ordem desde dezembro, quando editou portaria prorrogando os grupos de trabalho até abril. O mês terminou, e os GTs aguardam comando necessário para concluir relatórios. Internamente, há quem defenda que o regimento interno veda que executivos sejam mantidos sem a vinculação manifesta do órgão original. Como os membros de governo foram todos empossados por decreto ainda de Jair Bolsonaro, há quem defenda que caberia a Lula emitir novo decreto, seja para reiterar a continuidade dos empossados, seja para nomear novos representantes. Fonte: Telesíntese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

RNP busca parceiros para compartilhamento de data centers

Poder Executivo | 11/05/2023

A RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa) lançou uma chamada pública para encontrar parceiros entre empresas que possuam ou operem data centers profissionais interessadas em compartilhar sua infraestrutura e firmar acordos de cooperação técnica. Em contrapartida, a RNP vai oferecer, para os futuros parceiros, rotas ópticas de longa distância, podendo incluir fibras apagadas de suas redes metropolitanas, de sua propriedade ou de seu direito de uso. A solução de permuta permitirá, assim, gerar um benefício mútuo para a RNP e as empresas. De acordo com o SCImago Institutions Rankings, que elabora anualmente uma classificação das instituições de pesquisa em todo o mundo, o Brasil é líder na América

Latina em volume de produção de conhecimento acadêmico-científico. Fonte: TI Inside

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária é necessária e Estados têm que concentrar mais recursos, diz Fux

Poder Legislativo | 12/05/2023 – 11h25min

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou na sexta-feira (12) que é urgente aprovar uma reforma tributária no país. No momento, o projeto está em discussão no grupo de trabalho da Câmara dos Deputados criado para analisar as medidas. O parecer final, antes previsto para 16 de maio, só deve sair no início de junho. "Não é difícil enxergar a necessidade da reforma tributária", disse o magistrado. "O excesso da carga tributária prejudica o capital de giro. Assim não há investimentos, não há empregos.". No seminário "Direito na Indústria", realizado na Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Fux alegou ainda que o ex-ministro da Economia Paulo Guedes, "que tinha uma ideia por minuto", estava certo ao avaliar que os Estados precisam concentrar mais recursos que a União. Defendeu, assim, que os entes estaduais fiquem com 80% da arrecadação de impostos. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Coordenador do grupo da Reforma Tributária quer mais prazo para apresentação de relatório

Poder Legislativo | 12/05/2023 – 08h45min

Para convencer um dos setores mais resistentes à reforma tributária, o secretário extraordinário do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, garantiu que o agronegócio não será prejudicado com a mudança no sistema. "Garanto que o agro não será prejudicado na reforma tributária. Com a reforma, o resultado será aumento da competitividade brasileira do setor", disse Appy em evento da Associação Brasileira de Supermercados (Abras). Appy argumentou que, ao mudar o sistema tributário, o agronegócio brasileiro passará a exportar mais e haverá aumento da demanda por alimentos no mercado interno. Em relação ao ato cooperativo, Appy disse que o governo trabalha em um modelo em que nem todo produtor terá que virar PJ, muito simples e que não terá dupla tributação. Fonte: Canal Rural

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CVM abre três consultas públicas para revisão e atualização de normas e orientação contábeis, sem mudança de mérito

Poder Executivo | 12/05/2023 – 10h17min

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) coloca em consulta pública na sexta-feira (12), três editais sobre a revisão da Orientação Técnica OCPC 7 e dos Pronunciamentos Técnicos CPC 12 e 18 (R2). As atualizações dos documentos estão inseridas no contexto do plano de trabalho do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), cujo objetivo é revisar os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações, no sentido de promover seu alinhamento aos conceitos e referências de outras normas que foram posteriormente alteradas. Fonte: ASCOM CVM

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Conselho Gestor do Fust tem quatro novos conselheiros

Poder Executivo | 11/05/2023 – 16h53min

O Ministério das Comunicações publicou na quinta-feira, 11, portaria nomeando quatro conselheiros para o Conselho Gestor do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). São cadeiras destinadas a representantes da sociedade civil, mas com contexto de educação, e do grupo de pequenos provedores. Entre os indicados para representar a sociedade civil estão Cristieni Silva de Castilhos, CEO da MegaEdu, como titular, e Liana Figueiredo, como suplente, da Fundação Lemann. As duas terão mandato de três anos. Já os representantes das prestadoras de pequeno porte (PPPs), que têm mandato de dois anos, são Rui Augusto Gomes Filho como titular e Erich Matos Rodrigues na suplência. Gomes é o CEO da Um Telecom, PPP do Recife; e Rodrigues é CEO do grupo Interjato e ex-presidente da Abrint. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO**Reforma: créditos do ICMS serão ressarcidos no longo prazo e corrigidos pela Selic; veja detalhes**

Poder Executivo | 12/05/2023 – 13h42min

Créditos relacionados a saldos credores do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) acumulados até o momento da reforma tributária devem ser devolvidos no longo prazo, ao longo de 20 anos, por exemplo, e serão corrigidos pela taxa Selic. As informações são de Bernard Appy, secretário extraordinário de reforma tributária do Ministério da Fazenda. Em debate promovido pelo escritório de advocacia Trench Rossi Watanabe, o secretário disse que os créditos acumulados de ICMS deixarão de ser ilíquidos e incertos, como hoje, para se tornarem “ativos líquidos e negociáveis em mercado”. Haverá prazo longo de pagamento, mas as empresas terão garantia de recebimento. Segundo Appy, serão considerados para isso os créditos relativos a saldos credores de ICMS admitidos pela legislação atual, após homologação pelos respectivos entes federados. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Consultoria de Orçamento lança análise sobre projeto do novo arcabouço fiscal

Poder Legislativo | 12/05/2023 – 09h26min

A Consultoria de Orçamento do Senado (Conorf) lançou na quinta-feira (11) o texto “Novo Arcabouço Fiscal: Avaliação da proposta do Poder Executivo”. O documento faz parte da série Orçamento em Discussão e foi produzido pelos consultores legislativos Rita de Cássia Leal Fonseca dos Santos e Fernando Moutinho Ramalho Bittencourt. O texto analisa os principais pontos do projeto de lei complementar (PLP) 93/2023, enviado em abril à Câmara dos Deputados pelo Poder Executivo. A proposição institui o novo arcabouço fiscal, que deve substituir o teto de gastos em vigor. Para os autores do estudo, o PLP 93/2023 “traz mecanismo que parece um bom ponto de partida para veicular regras operacionais de implementação de uma estrutura permanente de regras fiscais”. No entanto, para os dois consultores da Conorf, a proposição tem “problemas específicos de desenho que comprometem sua implantação”. “Padece de duas limitações fundamentais: primeiro, não estabelece qualquer resultado substantivo que independa do processo decisório ordinário do orçamento (perdendo assim o seu caráter de âncora para condicionar em última instância o comportamento dos agentes políticos); segundo, ignora em sua lógica todos os componentes da equação financeira pública que não sejam a limitada abrangência da despesa primária e (parcialmente) da receita primária”, concluem os consultores. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)

Alckmin traça prioridades para os pequenos negócios com presidente do Sebrae

Poder Executivo | 11/05/2023 – 19h19min

O estímulo aos pequenos negócios foi o tema da primeira reunião de trabalho entre o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, e o presidente do Sebrae, Décio Lima, ocorrida na quinta-feira (11) na sede do Sebrae, em Brasília. Também participaram o secretário de Micro e Pequena Empresa e Empreendedorismo do MDIC, Milton Coelho, e o diretor técnico do Sebrae, Bruno Quick. “Conversamos sobre como fortalecer o empreendedorismo dos pequenos negócios. Vamos trabalhar juntos em uma agenda positiva para fomentar esse setor”, afirmou o vice-presidente. O presidente do Sebrae também destacou a parceria entre o MDIC e a entidade. “Vamos planejar em conjunto as ações de empreendedorismo”, destacou. Entre as ações prioritárias discutidas na reunião estão facilitação de crédito, melhoria no ambiente de negócios e medidas que ampliem a capacidade exportadora das MPEs. Ações de qualificação dos empreendedores, digitalização de empresas e de estímulo à bioeconomia também fizeram parte da agenda, além da capacitação de jovens para empreender. Estas e outras propostas estão em linha com a política nacional das MPEs, que está sendo construída no Fórum específico do setor e deve ser publicada nos próximos meses, segundo lembrou o secretário Milton Coelho. Fonte: ASCOM MDIC

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Brasil vive fase difícil do combate à inflação, diz diretor do BC

Poder Executivo | 11/05/2023 – 16h39min

O diretor de Política Econômica do BC (Banco Central), Diogo Guillen, falou sobre a situação econômica do Brasil e o controle da pressão inflacionária pós-pandemia em entrevista publicada na quinta-feira (11) pelo jornal O Globo. Para Guillen, o país já superou a fase mais difícil do processo de desinflação, mas agora enfrenta o que chama de “2ª fase”, que seria, segundo ele, em ritmo “mais lento, mais custoso e [que] exige perseverança”. Guillen também é responsável pela elaboração da ata do Copom (Comitê de Política Monetária), que traz atualizações da conjuntura econômica do país, e diz que, antes de iniciar o corte de juros demandado pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), é necessário ter “paciência e serenidade”. Ele também ressaltou a atenção a bens de serviço. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

JUDICIÁRIO

STJ oficia tribunais para indicarem desembargadores que vão concorrer às vagas de ministro

Poder Judiciário | 11/05/2023 – 17h44min

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) enviou, na última quarta-feira (10), ofício a todos os tribunais de justiça para que sejam encaminhados, até o dia 31 de maio, os nomes dos interessados em concorrer às duas vagas abertas na corte, destinadas a magistrados e magistradas estaduais, em razão da aposentadoria do ministro Jorge Mussi e do falecimento do ministro Paulo de Tarso Sanseverino. A terceira vaga a ser preenchida no STJ – aberta em virtude da aposentadoria do ministro Félix Fischer – é reservada, pelo sistema de alternância, a um membro da advocacia. Em reunião realizada no dia 9 de maio, o Pleno do STJ, por unanimidade, marcou para o dia 23 de agosto a sessão destinada a formar, no caso das duas vagas reservadas a desembargadores estaduais, uma lista com quatro nomes. No

caso da vaga destinada à advocacia, cabe à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) elaborar uma lista sêxtupla, que será transformada em lista tríplice pelo STJ. Fonte: ASCOM STJ

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

PCdoB pede ao STF que Telegram garanta direito de resposta contra ataques ao PL das Fake News

Poder Judiciário | 11/05/2023 – 17h39min

O PCdoB, partido do deputado Orlando Silva, relator do [projeto de lei 2.630/2020](#) – conhecido como PL das Fake News -, enviou ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, pedido de direito de resposta contra a mensagem que o aplicativo Telegram enviou para seus usuários no Brasil na qual afirmava que o projeto de lei atenta contra a democracia e ameaçou suspender seus serviços no Brasil. A legenda pede à corte suprema que determine ao Telegram a realização de disparo em massa aos seus usuários, com igual alcance, com mensagem a ser elaborada pela Câmara dos Deputados, na tentativa de equilibrar o debate sobre o PL das Fake News nacionalmente e entre os seus usuários. O PCdoB também solicita que o STF determine à aplicação para que, no prazo determinado por Alexandre de Moraes, comprove o cumprimento da determinação do direito de resposta. Fonte: Teletime

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Big techs: julgamento no STF repercute no Congresso e promove novo debate

Poder Judiciário | 11/05/2023

O Supremo Tribunal Federal (STF) prevê para a quarta-feira, 17, o julgamento de dois recursos que questionam como as plataformas digitais devem ser responsabilizadas quando há danos causados por conteúdo ilícito de usuários. A análise repercutiu com diferentes reações no Congresso Nacional, que poderia ter protagonizado o debate, mas não avançou por falta de consenso. O julgamento abordará a possibilidade de remoção de conteúdos que possam ofender direitos de personalidade, incitar o ódio ou difundir notícias fraudulentas a partir de notificação extrajudicial. De forma geral, envolve a discussão sobre a constitucionalidade e interpretação do artigo 19 do Marco Civil da Internet, o qual diz que “o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências”. Um dos processos em pauta é o Recurso Extraordinários (RE) [1.037.396](#), contra o Facebook, motivado por pedido de exclusão de perfil falso e retirada de conteúdo da rede, com relatoria do ministro Dias Toffoli. O outro caso é do [RE 1.057.258](#), contra o Google, analisando também a responsabilidade da empresa em fiscalizar e indisponibilizar conteúdo ofensivo, relatado por Luiz Fux. Fonte: Telesíntese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ORÇAMENTO

Problema do Brasil é que o país tributa muito, cobra e gasta muito e mal, diz Tebet

Poder Executivo | 11/05/2023 – 23h01h

Em entrevista exclusiva ao programa Caminhos com Abílio Diniz, da CNN, a ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB), afirmou que o problema do Brasil é que o país “tributa muito, cobra muito e cobra mal”, além de gastar “muito e mal”. Tebet avaliou que o grande desafio de 2023 é o Plano Plurianual (PPA), que, segundo ela, será feito de forma participativa, com toda a sociedade. De acordo com a ministra, o PPA se tornará a “bíblia” e um “mantra” do governo. “A partir de agora, do mês de maio e de junho, estamos percorrendo todos os Estados e capitais brasileiras, perguntando para as pessoas, para os

conselhos e para a sociedade: que Brasil vocês querem para os próximos quatro anos?”, disse. Ela complementou que o PPA será enviado ao Congresso Nacional no dia 31 de agosto, devendo ser aprovado até o final do ano. Fonte: CNN Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Líder do bloco de Lira cobra Lula na articulação política e liberação de emendas

Poder Legislativo | 12/05/2023 – 04h03min

Líder do maior bloco na Câmara dos Deputados, Felipe Carreras (PSB-PE) diz que o governo precisa melhorar sua relação com o Congresso Nacional e cobra maior participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na articulação política. Em entrevista à Folha, Carreras afirma que o bloco de 173 deputados —composto por União Brasil, PP, federação PSDB-Cidadania, PDT, PSB, Avante, Solidariedade e Patriota— ajuda na governabilidade da gestão petista. No entanto, diz haver necessidade de que o governo destrave indicações a cargos e acelere o pagamento de emendas para que os partidos entreguem votos. "Talvez precise o governo afinar mais, cumprir o que foi pactuado, para ter as entregas necessárias de forma pragmática dos votos". Carreras, aliado do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), também pede mais diálogo do Executivo com o Legislativo. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Cajado critica governo e pede discurso único por novo marco fiscal

Poder Legislativo | 11/05/2023 – 18h08min

O relator do texto do novo marco fiscal na Câmara dos Deputados, Cláudio Cajado (PP-BA), afirmou na 5ª feira (11) que tem tido “dificuldades” na relação com integrantes do governo. Ele cobrou um “discurso único” do Executivo. Declarou que apresentará o seu relatório da nova regra fiscal na 2ª feira (15) em reunião com líderes partidários. “Estamos também tendo dificuldades em alguns encaminhamentos junto ao governo porque existem membros, inclusive do Partido dos Trabalhadores, que integra o governo, e estão se posicionando contra. O governo também precisa ajudar para ter um discurso único e definir quem fala pelo governo nesse processo”, disse. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Depois de chegar dos EUA, Lira recebe relator do marco fiscal

Poder Legislativo | 11/05/2023 – 17h14min

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), reúne-se na 5ª feira (11) com o relator do novo marco fiscal, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), que adiou a entrega do seu relatório antes prevista para a 5ª feira (11). Nos últimos dias, Cajado apresentou seu esboço a integrantes do governo e se reuniu com partidos para colher sugestões ao texto. Ele pode divulgar seu parecer na próxima semana. O novo marco fiscal foi enviado pelo governo para substituir a regra do teto de gastos. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Sem urgência, proposta que pode fatar PL das Fake News passa em comissão

Poder Legislativo | 11/05/2023

A Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados aprovou na quinta-feira, 11, o [projeto de lei 2370/2019](#), que atualiza a lei sobre direitos autorais. A proposta pode ser base de faturamento do PL das Fake News, incorporando questões sobre direitos de autores em plataformas digitais. Base aliada ao governo tentou aprovar regime de urgência ao PL

2370/2019 na quarta-feira, 10, no que está sendo chamado de “fatiamento” do PL das Fake News, mas não houve consenso. A decisão sobre pautar ou não o requerimento aguarda reunião de líderes com a participação do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que esteve ausente nesta semana devido à participação do LIDE Brazil Investment Forum, que reuniu autoridades públicas e empresários em Nova York. O parlamentar chegou em Brasília na quinta-feira, 11, sem confirmar quando deve se encontrar com os partidos. A estratégia é de incorporar ao projeto de direitos autorais dois capítulos que constam no PL das Fake News, um deles trata dos direitos de autor e direitos conexos e outro sobre conteúdos jornalísticos. Fonte: Telesíntese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Entidades de TICs se unem para manter desoneração da folha até 2027

Mercado | 11/05/2023

Representantes dos 17 setores econômicos do Brasil publicaram na quarta-feira (10) um manifesto que expressa o apoio à aprovação do PL 334/23, de autoria do Senador Efraim Filho (União/PB), que defende a manutenção da política da desoneração da folha até 31 de dezembro de 2027. Entre as entidades, encontram-se a Associação Brasileira das Empresas de Software (ABES), a Associação Brasileira de Telesserviços (ABT) e a Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e de Tecnologias Digitais (Brasscom). A proposta mantém a substituição tributária da contribuição previdenciária convencional, 20% sobre o valor das remunerações de cada funcionário, por um tributo único sobre a receita bruta da empresa. Iniciada em 2011, a política de desoneração da folha contempla 17 setores econômicos que empregam mais de 8,9 milhões de trabalhadores, entre os quais os setores de tecnologia da informação, construção civil, comunicação social, transporte público, têxteis, couro, calçados e call center. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

RELAÇÕES EXTERIORES

Participação do Ministro Mauro Vieira em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores do Senado

Poder Executivo | 12/05/2023 – 08h31min

O Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, participou quinta-feira, 11 de maio, de audiência pública na Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, ocasião em que discorreu sobre as principais diretrizes da política externa do Governo brasileiro e respondeu a perguntas dos parlamentares que integram a Comissão. O Chanceler assinalou o renovado interesse da comunidade internacional em estreitar diálogos com o Brasil. Desde o início do mandato, o Presidente Lula manteve reuniões de trabalho com Chefes de Estado e de Governo de 22 países. Além de acompanhar o Presidente em quase todos seus encontros, o Ministro Mauro Vieira também manteve outras 85 reuniões de trabalho, com Chanceleres, Chefes de Estado e de Governo, dirigentes de organismos internacionais e autoridades ministeriais. A audiência constituiu oportunidade para o estabelecimento de diálogo aberto e construtivo com o Poder Legislativo sobre a condução da política externa brasileira e a discussão aprofundada de temas como a negociação do acordo entre MERCOSUL e União Europeia, o processo de acesso à OCDE, o diálogo político na América do Sul e o papel do Brasil no debate ambiental e na construção da paz. Fonte: ASCOM MRE

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Brasil e EUA estreitam relações bilaterais em comércio e investimentos

Poder Executivo | 11/05/2023 – 16h32min

O secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Marcio Elias Rosa, reuniu-se na quinta-feira (11/5) com representantes da Câmara Empresarial Brasil-EUA para discutir temas de interesse mútuo na área de comércio e investimentos. O encontro ocorreu na sede do MDIC, em Brasília. Estiveram em pauta a realização das edições do Diálogo Comercial Brasil – Estados Unidos (MDIC-DOC), que ocorre entre autoridades governamentais dos dois países, e também do Fórum de CEOs que reúne empresas brasileiras e norte-americanas. Ambos discutiram ainda a importância da renovação do Sistema Geral de Preferências (SGP). Cerca de 3,5 mil produtos originários de países em desenvolvimento podem se beneficiar do SGP norte-americano. Em 2021, os Estados Unidos importaram US\$ 31,7 bilhões do Brasil, sendo que 8% dessas importações (US\$ 2,5 bilhões) foram beneficiadas com tratamento duty-free via SGP. Na abertura, o secretário-executivo destacou as ações do governo para ampliar a inserção de empresas brasileiras no comércio bilateral com os EUA e com o mundo. Segundo ele, o novo governo do Brasil busca conciliar crescimento econômico com inclusão social e sustentabilidade. "Estamos redesenhando a política industrial brasileira, buscando uma neointustrialização baseada na digitalização e na sustentabilidade ambiental que seja capaz de gerar desenvolvimento tecnológico e inovação. Estamos focados em fortalecer a previsibilidade e a transparência, reduzir barreiras, simplificar procedimentos e atrair novos investimentos. O Brasil deve ser o grande protagonista desse momento de combate às mudanças climáticas e de avanço das energias renováveis", afirmou. Fonte: ASCOM MDIC

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TRABALHISTA

Novo Estatuto do Trabalho: CDH debaterá trabalho remoto, inserção e outros temas

Poder Legislativo | 12/05/2023 – 13h36min

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) promove na segunda-feira (15), a partir das 9h, debate sobre o ambiente de trabalho com o objetivo de instruir discussões no Senado sobre a sugestão legislativa para criação de um Estatuto do Trabalho (SUG 12/2018). Prevista para começar às 9h, a audiência pública compõe o ciclo de debates sobre o assunto que atendem a requerimento do senador Paulo Paim (PT-RS). A reunião tratará temas como dignidade no trabalho, home office (trabalho remoto) e normas que regulamentam a atividade laborativa, que serão debatidos por especialistas em direito e em relações de trabalho. A SUG 12/2018, apelidada de "novo Estatuto do Trabalho", e "nova CLT" por Paim, seu relator, regulamenta assuntos relativos à inclusão social no trabalho, autorregulação sindical, modernização trabalhista, salário mínimo mensal e jornada de 40 horas semanais. A sugestão legislativa foi arquivada em dezembro de 2022 em virtude do encerramento da legislatura. Mas o requerimento de Paim, aprovado no Plenário em março, desarquivou o projeto, que continua tramitando na CDH. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)